

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MARINGÁ E REGIÃO - 2010/2011

I. DAS PARTES

Convenção Coletiva de Trabalho, de um lado representando os Empregados, o **SINDICATO DOS MOTORISTAS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS, PASSAGEIROS URBANOS, MOTORISTAS E COBRADORES DE LINHAS INTERMUNICIPAIS, INTERESTADUAL E DE TURISMO E ANEXOS DE MARINGÁ - SINTTROMAR**, entidade sindical de Primeiro Grau, com CNPJ N. 79.147.450/0001-61, código n. 008.512.88229-6, e sede à Rua Arthur Thomas, n.º 930, centro, em Maringá (Pr), neste ato representado por seu Diretor Presidente Sr. **RONALDO JOSÉ DA SILVA** (CPF n. 240.343.209-15), e **SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO E DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MARINGÁ E REGIÃO - SIVAMAR**, CNPJ n. 77.266.146/0001-08, registro no Ministério do Trabalho e Emprego sob n. 313.432/1976, representativo da categoria econômica do comércio varejista, com sede à Rua Deputado Néo Alves Martins, 2789, sobreloja e 1º andar, centro, em Maringá (Pr), neste ato representado por seu Diretor Presidente Sr. **AMAURI DONADON LEAL** (CPF n. 527.454.659-53).

II - DA CONVENÇÃO

Por este instrumento e na melhor forma de direito, os diretores das entidades acima, devidamente autorizados pelas respectivas assembléias, firmam a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, que regerá as relações trabalhistas entre Empresas e Empregados abrangidos, obedecidas as cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª - DA VIGÊNCIA - A presente Convenção vigorará por 12 (doze) meses, para as cláusulas econômicas e sociais, com início a partir de 01.06.2010 a 31 de maio de 2011.

Cláusula 2ª - DA ABRANGÊNCIA - A presente Convenção abrange exclusivamente os motoristas empregados nas empresas integrantes das categorias econômicas representadas pelo Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, de Maquinismos e Tintas e de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos de Maringá (SIVAMAR).

Cláusula 3ª - DA REVISÃO - A presente Convenção, poderá ser revista integral ou parcialmente a qualquer tempo. O interessado deverá notificar a outra parte com antecedência razoável, para que esta possa convocar Assembléia Geral, se necessário.

III - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS

Cláusula 4ª - DO REAJUSTE SALARIAL - As empresas corrigirão os salários de seus empregados que percebam salário fixo acima do piso salarial, a partir de 1º de junho de 2010, no percentual de 8,00% (oito por cento) aplicado sobre os salários devidos no mês de junho de 2009, já reajustado na forma da Convenção Coletiva de Trabalho anterior, compensados todos os aumentos e antecipações salariais concedidos, com exceção dos decorrentes da Instrução Normativa nº 04 do TST.

Parágrafo primeiro - Os empregados que percebem piso salarial da categoria não terão o reajuste tratado no *caput*, sendo que o salário dos mesmos observará o previsto na cláusula 5ª.

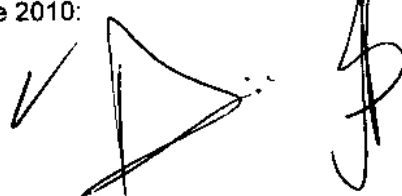
Parágrafo segundo - Os empregados admitidos após 1º de junho de 2009, terão seus salários corrigidos proporcionalmente ao tempo de serviço, conforme tabela abaixo (observado também o parágrafo terceiro):

mês de admissão	índice acumulado	mês de admissão	índice acumulado
junho/2009	8,00%	Dezembro/2009	3,98%
Julho/2009	7,33%	Janeiro/2010	3,31%
Agosto/2009	6,66%	Fevereiro/2010	2,64%
Setembro/2009	5,99%	Março/2010	1,97%
Outubro/2009	5,32%	Abril/2010	1,30%
Novembro/2009	4,65%	Maió/2010	0,63%

Parágrafo terceiro - As diferenças apuradas na aplicação do reajuste tratado no parágrafo anterior, ou seja, entre os meses de junho a outubro/2010 serão pagas da seguinte forma: dos meses de junho, julho serão pagas na folha de pagamento do mês de outubro/2010, e dos meses de agosto e setembro na folha de pagamento do mês de novembro/2010, valores esses já devidamente reajustados de acordo com a progressão prevista no parágrafo primeiro e segundo. Havendo rescisão contratual antes do pagamento integral destas diferenças salariais, as parcelas ainda não pagas serão quitadas no ato do pagamento das verbas rescisórias.

Cláusula 5ª - DO SALÁRIO NORMATIVO - A partir da vigência da presente Convenção, as empresas pagarão aos seus empregados abrangidos, pisos salariais já reajustados, de acordo com as seguintes disposições:

I - para os empregados admitidos antes de 1º de junho de 2010:



a) Motorista de Jamanta - R\$ 1074,00;

b) Motorista de Truck - R\$ 891,00;

c) Motorista de Toco - R\$ 784,00;

d) Demais Motorista - R\$ 689,00.

II - para os empregados admitidos a partir de 1º de junho de 2.010, limitado a 150 dias da contratação:

a) Motorista de Jamanta - R\$ 986,00;

c) Motorista de Toco - R\$ 719,00;

b) Motorista de Truck - R\$ 819,00;

d) Demais Motorista - R\$ 622,00.

Parágrafo primeiro - Após o limite de 150 (cento e cinquenta) dias da contratação, o empregado abrangido no inciso II, passará a perceber o respectivo piso previsto no inciso I.

Parágrafo segundo - Para os empregados aprendizes, considerado como tais os iniciantes (aquele que não tem registro em CTPS como motorista), fica estipulado piso de R\$ 510,00, até o limite de 90 (noventa) dias da contratação, após decorrido esse prazo, passarão a perceber o piso previsto no inciso II.

Cláusula 6ª - CONDIÇÕES DE TRABALHO PREVISTAS NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DA CATEGORIA PREPONDERANTE - As condições de trabalho fixadas na Convenção Coletiva da categoria predominante nas empresas, firmadas pelas entidades patronais participantes da Convenção Coletiva de Trabalho e o Sindicato representante dos Empregados da categoria predominante correspondente, serão aplicadas aos motoristas, inclusive as datas especiais com jornada extraordinária, no que aqui não for regulado ou não for conflitante com as disposições aqui adotadas, obrigando-se o Sindicato Patronal a fornecer cópias das mesmas e de seus Termos Aditivos.

Parágrafo único - Serão aplicados aos motoristas antecipações, reajustes ou abonos espontaneamente concedidos por Acordos Coletivos ou Aditivos à Convenção Coletiva da Categoria predominante.

IV - DAS CONDIÇÕES SOCIAIS

Cláusula 7ª - DAS HORAS EXTRAS - As horas extras quando necessárias, serão remuneradas pelas empresas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) da hora normal para o limite de 30 (trinta) horas mensais e de 70% (setenta por cento) para os que excederem a este limite.

Parágrafo primeiro - Quando houver trabalho aos domingos e feriados, as horas serão remuneradas com o adicional de 100% sobre o valor da hora normal, independentemente de qualquer limite.

Parágrafo segundo - Durante a prorrogação da jornada de trabalho nos sábados do período natalino, bem como nos dias negociados nas Convenções Coletivas de Trabalho específicas, firmadas com a categoria preponderante, conforme normas nelas estipuladas, as horas extras serão remuneradas com adicional de 80% (oitenta por cento) sobre a hora normal. Nos demais casos, observar-se-á o caput e a cláusula 9ª desta Convenção Coletiva.

Cláusula 8ª - HORAS COMPENSADAS - O período de espera para carga e/ou descarga, ocasionando o excesso da oitava diária, será compensado tal período em outro dia da semana, mediante acordo por escrito entre empregador e empregado, sem necessidade da anuência do sindicato obreiro, salvo a opção de ambos pelo pagamento das horas excedentes.

Parágrafo único - facultam-se às empresas, ainda, a adoção do sistema de compensação de horas de trabalho, em número não excedente de 02 (duas) horas diárias e 60 (sessenta) horas mensais, as quais deverão ser compensadas dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, mediante acordo individual escrito entre empregados e empregador, não podendo ser objeto desta compensação às horas laboradas, no período natalino.

Cláusula 9ª - DA JORNADA DE TRABALHO NOS SÁBADOS E OCASIÕES ESPECIAIS: Fica permitido o trabalho no horário das 08h40min às 18h00min, com 02h00min de intervalo para descanso e alimentação, de segunda a sábado, estando ressalvada a possibilidade de prorrogação na forma da legislação vigente.

Parágrafo primeiro: Convenciona-se que não se considera prejudicial aos trabalhadores a alteração do contrato individual de trabalho no que diz respeito à jornada diária de trabalho, mediante acordo individual de trabalho, desde que não ultrapasse o limite de 08 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais, estando ressalvada a possibilidade de prorrogação na forma da legislação vigente.

Parágrafo segundo: Sempre que o feriado Municipal, referente a comemoração do aniversário das cidades abrangidas pela presente CCT, recair de terça-feira a sábado, o trabalho nesse dia dar-se-á de forma regular, sendo o gozo do feriado transferido para segunda-feira da semana posterior ao dia do feriado. Em havendo regulamentação Municipal acerca da transferência do dia do feriado, este continua sendo fruído no dia originário.

Parágrafo terceiro: Ficam assegurados quatro domingos para promoção a ser realizada pela Entidade Patronal, com o horário das 09h00min às 16h00min, ou das 08h00min às 14h00min para o segmento supermercadista e das 14h00min às 20h00min horas para as demais empresas do comércio varejista, em data a ser definida, compensando-se os dias trabalhados mediante folga na semana imediatamente subsequente aos domingos trabalhados.

Parágrafo quarto: Em razão do trabalho tratado no parágrafo anterior os supermercados fornecerão aos seus empregados uma refeição tipo marmitex ou lanche equivalente, acompanhado de um refrigerante, ou concessão de um intervalo de 02h00min horas para que o empregado possa fazer sua refeição em casa.

Parágrafo quinto - Fica assegurado que as empresas que possuem matriz e/ou filial (s) em outras cidades, e que dependam do funcionamento do estabelecimento em Maringá, poderão nos feriados municipais utilizarem-se da mão-de-obra de seus empregados para trabalharem nos depósitos e em outras atividades internas necessárias para o atendimento de suas lojas em outras cidades. A jornada efetivamente trabalhada nestes dias será paga como hora extraordinária acrescida do adicional de 100% (cem por cento) do valor da hora normal, não havendo folga ou compensação em outro dia. Os comissionistas farão jus apenas ao adicional das horas extras, conforme cláusula 12, parágrafo segundo do Instrumento da Categoria Preponderante (SINCOMAR/SIVAMAR).

Parágrafo sexto - Assegura-se as empresas à possibilidade de utilização da mão-de-obra de seus empregados para trabalharem em horário diferenciado, com início às 05h00min, em um dia para a realização de promoção especial, com data a ser definida em termo aditivo à presente Convenção Coletiva de Trabalho, respeitando-se a jornada máxima legal de oito horas diárias.

Parágrafo sétimo - Ante a prorrogação da jornada de trabalho até as 18 horas, as empresas deverão conceder intervalo para refeição de no mínimo uma hora, e em caso de fornecimento de refeição pelo empregador para o labor extraordinário neste dia, esta não terá natureza salarial.

Cláusula 10 - DA PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NO MÊS DE DEZEMBRO - As jornadas de trabalho no período natalino, considerando como tais o período compreendido entre 09 e 23/12/2010, poderão ser prorrogadas nos seguintes termos: no dia 09 e 10 (quinta e sexta-feira) até às 20 (vinte) horas; nos sábados dias 04; 11 e 18 até as 18 (dezoito) horas; de segunda à sexta-feira entre os dias 13 e 23/12 até 22 (vinte e duas) horas; sendo que nos dias 24 e 31/12 a jornada se encerrará as 18 (dezoito) horas.

Parágrafo primeiro - Fica assegurado um ou dois domingos que antecedem o Natal para jornada de trabalho, conforme o que ficar negociado com a categoria preponderante. O labor nesses dias será compensado no mês de janeiro/2011 visto que não haverá pagamento de horas extras nem de adicional. O trabalho para os supermercados nesses domingos será das 09h00min as 15h00min, ou das 08h00min as 14h00min, e para as demais empresas do comércio varejista em geral, das 14h00min as 20h00min.

Cláusula 11 - DO TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS - Fica autorizada a utilização da mão-de-obra dos empregados para o trabalho em domingos e feriados (municipal ou nacional).

Cláusula 12 - CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - As empresas poderão realizar contrato de trabalho por prazo determinado, com a participação da Entidade Sindical Econômica e Profissional.

Cláusula 13 - HORÁRIO DE DESCANSO - Quando o motorista estiver dormindo no veículo ou descansando, sem estar dirigindo, durante o horário das 20 horas até as 6 horas, não será computado como tempo de serviço.

Cláusula 14 - DOS UNIFORMES - Quando for obrigatório o uso de uniformes, as empresas fornecerão gratuitamente aos empregados, tantos quantos jogos forem necessários.

Cláusula 15 - DA INTEGRAÇÃO DE VERBAS - As horas suplementares, comissões, adicionais, bem como outras verbas habitualmente pagas, integram a remuneração do empregado, para cálculo de pagamento do 13º Salário, Férias e Descansos Semanais Remunerados.

Cláusula 16 - DO SEGURO - As empresas se obrigam manter seguro de vida em grupo para todos os seus funcionários, devendo o benefício ser de, no mínimo, R\$ 6.904,00 (seis mil novecentos e quatro reais), para morte natural e de R\$ 13.808,00 (treze mil oitocentos e oito reais), para morte acidental.

Parágrafo primeiro - A escolha da seguradora ou corretora será feita pelo empregador, cabendo ao sindicato profissional apenas a fiscalização do cumprimento desta obrigatoriedade.

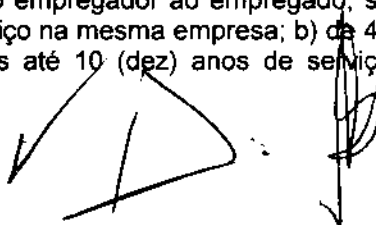
Parágrafo segundo - A vigência do seguro de vida será contada a partir de 60 (sessenta) dias após o início das atividades do funcionário na empresa contratante. Ocorrente o evento, dentro do período de carência de 60 (sessenta) dias, não caberá qualquer responsabilidade tanto ao sindicato profissional ou às empresas.

Cláusula 17 - DA ESTABILIDADE POR INCAPACIDADE PROVISÓRIA - O empregado que for acometido por doença, conforme definido pela legislação Previdenciária, gozará de estabilidade provisória pelo período de 03 (três) meses, após o seu retorno ao serviço, desde que o afastamento, em decorrência do auxílio-doença tenha sido igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único: Da Estabilidade Provisória: O empregado que sofreu acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

Cláusula 18 - DAS FÉRIAS - O pagamento das férias vencidas, gozadas ou não, será sempre acrescido do adicional constitucional de 1/3 (um terço) de seu valor.

Cláusula 19 - DO AVISO PRÉVIO - O aviso prévio dado pelo empregador ao empregado, será: a) de 30 (trinta) dias para o empregado com até 05 (cinco) anos de serviço na mesma empresa; b) de 45 (quarenta e cinco) dias para o empregado com mais de 05 (cinco) anos até 10 (dez) anos de serviço na mesma



empresa; c) de 60 (sessenta) dias para o empregado com mais de 10 (dez) anos até 15 (quinze) anos de serviço na mesma empresa; d) de 75 (setenta e cinco) dias para o empregado com mais de 15 (quinze) anos até 20 (vinte) anos de serviço na mesma empresa; e) de 90 (noventa) dias para o empregado com mais de vinte (vinte) anos até 25 (vinte e cinco) anos de serviço na mesma empresa; f) de 105 (cento e cinco) dias para o empregado com mais de 25 (vinte e cinco) anos até 30 (trinta) anos de serviço na mesma empresa; e g) de 120 (cento e vinte) dias para o empregado com mais de 30 (trinta) anos de serviço na mesma empresa.

Parágrafo primeiro - O empregado que não tiver interesse no cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador, poderá liberar-se de cumpri-lo, com anuência do mesmo, percebendo os salários dos dias trabalhados no período, devendo o empregador proceder ao acerto final em até 10 (dez) dias a partir do desligamento.

Parágrafo segundo - Fica isenta a empresa da penalidade prevista nos artigos 9º das Leis 6.708/79 e 7.238/84, quando o vencimento do aviso prévio, superior a 30 (trinta) dias, dado na forma desta cláusula, ocorrer dentro do período de trinta dias antecedentes à data-base.

Cláusula 20 - DAS VERBAS RESCISÓRIAS - Na forma da legislação vigente, as verbas relativas a dispensas imotivadas, deverão ser pagas até o 1º dia útil imediato ao término do contrato, ou até o 10º dia útil, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, dispensa de seu cumprimento ou indenização do mesmo sob pena das sanções legais.

Cláusula 21 - DOS DESCONTOS - É vedada às empresas efetuar qualquer desconto na folha de pagamento, não convencionado ou não autorizado pelo empregado. Quando autorizado, o desconto deverá constar da folha de pagamento e ainda, deverá ser fornecido o respectivo comprovante ao empregado, nos termos da legislação vigente.

Cláusula 22 - DOS ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS - Somente os atestados médicos e odontológicos firmados por profissionais devidamente credenciados junto à Previdência Social, serão reconhecidos pelas empresas, quando estas não mantiverem tais serviços.

Cláusula 23 - DO DESCANSO SEMANAL - As empresas garantirão um dia de descanso remunerado por semana, a todo empregado motorista, preferencialmente aos domingos.

Cláusula 24 - DA CARTA DE APRESENTAÇÃO - Quando solicitada pelo empregado, as empresas fornecerão carta de apresentação ao mesmo, desde que, a dispensa ou o desligamento tenha sido imotivado.

Cláusula 25 - DO ABONO DE FALTAS - As empresas abonarão do empregado estudante vestibulando, quando comprovarem seus exames nas escolas regularmente matriculados ou inscritos, dentro da base territorial dos Sindicatos Signatários, devendo, contudo o empregado avisar antecipadamente no mínimo de 72 (setenta e duas) horas.

Cláusula 26 - DAS DESPESAS DE VIAGENS - Quando em viagem fora do domicílio do empregado, as empresas serão responsáveis pelo pagamento de todas as despesas de alimentação, estada e estadia, desde que, o empregado esteja à disposição da empresa e apresente comprovantes de despesas.

Cláusula 27 - DO ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA - Nos termos da legislação consolidada, as transferências de empregados serão acrescidas com o adicional de 25% (vinte e cinco) por cento, sobre a remuneração mensal.

Cláusula 28 - DO ADICIONAL NOTURNO - O trabalho noturno dos motoristas, assim considerado aquele prestado entre 22h00min e 05h00min horas será remunerado com acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre a hora diurna, correspondendo cada hora noturna à 52:30 (cinquenta e dois minutos e trinta segundos).

Cláusula 29 - DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTO - As empresas fornecerão comprovantes de pagamento aos seus empregados, especificando todas as verbas pagas, assim como, todos os descontos e recolhimentos ao FGTS.

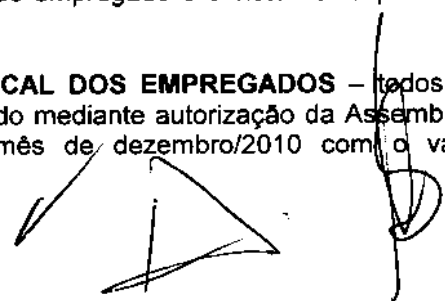
Cláusula 30 - DAS HOMOLOGAÇÕES - A homologação de rescisão contratual de trabalho dos motoristas com mais de um ano de serviço na mesma empresa, deverá ser efetuada no Sindicato da Categoria Profissional, ou, na falta deste, no Ministério do Trabalho ou outro órgão competente.

Cláusula 31 - DO COMUNICADO DE DISPENSA - Em caso de dispensa por justa causa, as empresas comunicarão por escrito aos empregados, as causas e as razões determinantes da dispensa ou suspensão, sob pena de ser presumida a causa imotivada.

Cláusula 32 - DA FICHA DE HORÁRIO DE TRABALHO - As empresas fornecerão aos seus empregados motoristas, ficha de controle de horário de trabalho externo, devendo constar na mesma o início e o término da jornada, os intervalos para descanso e refeições, a assinatura do empregado e o visto do responsável hierárquico, tudo na forma do art. 74 da CLT.

V - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 33 - DA CONTRIBUIÇÃO DE SOLIDARIEDADE SINDICAL DOS EMPREGADOS - todos os trabalhadores beneficiados por este instrumento normativo, aprovado mediante autorização da Assembléia Geral Extraordinária da entidade profissional, contribuirão no mês de dezembro/2010 com o valor



correspondente a 01 (um) dia de remuneração, e nos demais meses de vigência desta convenção, recolherão mensalmente, 1% (um por cento) de sua remuneração, exceto no mês de março ou outro mês que haja desconto em sua conta bancária até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao sindicato profissional através de guia por este fornecida, nos termos do artigo 8º, II, Da Constituição Federal, Artigo 513 da CLT, e impor contribuições a todos àqueles que participam das categorias, MEMO CIRCULAR SRT/TEM N° 04 de 20/01/2006 e na conformidade com a decisão do Supremo Tribunal Federal, a seguir transcrita: "Sentença Normativa - Cláusula relativa à Contribuição Assistencial – A turma entendeu que é legítima a cobrança de contribuição sindical imposta aos empregados indistintamente em favor do sindicato, prevista em Convenção Coletiva de trabalho, estando os não sindicalizados compelidos a satisfazer a mencionada contribuição" (RE 189.960-SP – Relator Ministro Marco Aurélio – acórdão publicado no Diário da Justiça da União, em 07/11/2000). **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Diante da manifestação do Supremo Tribunal Federal e nos termos do artigo 8º II, Constituição Federal, do Art. 513 da CLT, "e" impor contribuições a todos àqueles que participam das categorias", MEMO CIRCULAR SRT/TEM N° 04 de 20/01/2006. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – Fica estabelecido o direito de oposição dos trabalhadores não associados, na forma da MEMO CIRCULAR SRT/MTE N° 04 de 20/01/2006, a seguir transcrita: "Para exercer o direito de oposição, o trabalhador deverá apresentar, no sindicato, carta escrita do próprio punho, no prazo de 15 (quinze) dias antes do primeiro pagamento, e após o depósito do instrumento coletivo de trabalho na Superintendência do Ministério do Trabalho e emprego no Estado do Paraná, e divulgação do referido instrumento pelo sindicato profissional. Havendo recusa do sindicato em receber a carta de oposição, essa poderá ser remetida pelo correio, com aviso de recebimento." **PARÁGRAFO TERCEIRO** – Quaisquer divergências, esclarecimentos ou dúvidas deverão ser tratados diretamente com o sindicato profissional, que assume toda e qualquer responsabilidade em relação à cláusula. P

PARÁGRAFO QUARTO – O desconto e recolhimento é obrigatório, nos termos da Decisão do Supremo Tribunal Federal, que diz: "É legítima a cobrança de contribuição assistencial imposta aos empregados indistintamente em favor do Sindicato, prevista em convenção coletiva de trabalho, estando os não sindicalizados compelidos a satisfazer mencionada obrigação" (re189960-3, RELATOR MINISTRO MOREIRA ALVES, 2ª Decisão unânime, DJU 17,11,00, ata nr. 34). No mesmo sentido foram as decisões: TRT – PR – AA 0000/2001 ACORDÃO 08376/2002, RE – STF 222065 – 1, 1ª T., RE-STF 220-7000-1, 1ª T.

Cláusula 34 - DA REVERSÃO PATRONAL / MENSALIDADE SOCIAL As empresas, pertencentes à representatividade do Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Maringá e Região - SIVAMAR recolherão a MENSALIDADE SOCIAL (filiações) / REVERSÃO PATRONAL (representados), conforme segue tabela abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	MENSALIDADE SOCIAL	VENCIMENTO
00 a 02 funcionários	R\$ 32,00	Todo dia 20 de cada mês
03 a 07 funcionários	R\$ 59,00	Todo dia 20 de cada mês
08 a 15 funcionários	R\$ 113,00	Todo dia 20 de cada mês
16 a 25 funcionários	R\$ 225,00	Todo dia 20 de cada mês
26 a 50 funcionários	R\$ 336,00	Todo dia 20 de cada mês
Acima de 50 funcionários	R\$ 440,00	Todo dia 20 de cada mês

Parágrafo primeiro: o pagamento da mensalidade deverá ser efetuado por estabelecimento comercial, em parcelas mensais todo dia 20 de cada mês, através de instituição financeira ou diretamente na tesouraria do SIVAMAR, em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

Parágrafo segundo: as empresas representadas pela Entidade Patronal pagarão a Reversão Patronal nos meses de outubro de 2010 e abril de 2011, conforme tabela abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	VALOR DA PARCELA	VENCIMENTO
00 a 02 funcionários	R\$ 240,00	outubro/2010 e abril/2011
03 a 07 funcionários	R\$ 457,00	outubro/2010 e abril/2011
08 a 15 funcionários	R\$ 893,00	outubro/2010 e abril/2011
16 a 25 funcionários	R\$ 1.762,00	outubro/2010 e abril/2011
26 a 50 funcionários	R\$ 2.645,00	outubro/2010 e abril/2011
Acima de 51 funcionários	R\$ 3.526,00	outubro/2010 e abril/2011

Parágrafo terceiro: quando houver dúvida quanto à classificação das empresas, no ato do recolhimento ou

no momento da verificação das guias, o Sindicato poderá exigir a devida comprovação da classificação apresentada.

Parágrafo quarto: após o vencimento os valores serão corrigidos com multa moratória de 10% (dez por cento) e juros de 1% ao mês.

Cláusula 35 - DAS MULTAS - Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas acordadas fica o infrator obrigado ao pagamento da multa igual a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente (R\$ 510,00), que reverterá em favor da parte prejudicada, seja o empregado, sejam as entidades convenentes.

Cláusula 36 - DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA - As partes signatárias deste instrumento, elegem o NITRANS - Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista do Transporte, nos termos da Lei 9.958/2000, como Câmara de Conciliação Trabalhista.

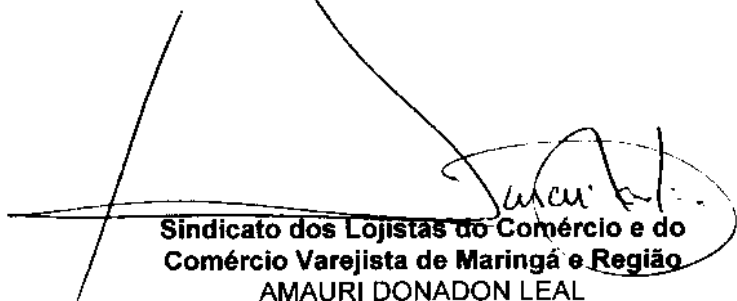
Cláusula 37 - DO FORO COMPETENTE - Para dirimir as dúvidas porventura oriundas da presente Convenção, elege as partes o foro e a jurisdição da Comarca de Maringá, com renúncia expressa aos demais, por mais privilegiados que sejam.

E por assim estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma para que surtam os efeitos legais necessários.

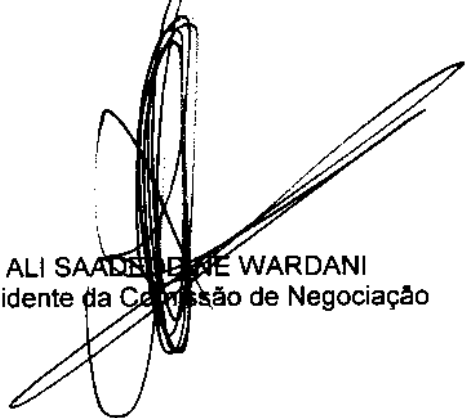
Maringá, 27 de outubro de 2010.



Sindicato dos Motoristas Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Empresas de Transportes de Cargas, Passageiros Urbanos, Motoristas e Cobradores De Linhas Intermunicipais, Interestadual e Anexos de Maringá
RONALDO JOSÉ DA SILVA - PRESIDENTE
CPF n. 240.343.209-15



Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Maringá e Região
AMAURI DONADON LEAL
CPF n. 527.454.659-53
RG n. 3.849.395-7



ALI SAADINE WARDANI
Presidente da Comissão de Negociação



FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, 04 de janeiro de 2011.

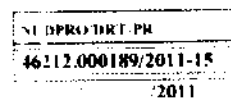
ILMO. SR. ELIAS MARTINS
M.D. SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO PARANÁ - SUBSTITUTO

SRTE/CURITIBA-PR

O SECRETÁRIO DE NEGOCIAÇÕES COLETIVAS E JURÍDICAS DA FETROPAR através de seu membro, ao final assinado, nos termos do artigo 5º. Inc. XXXIV alínea "a" da Constituição Federal e do Artigo 614 e parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, vem requerer, para fins de registro e arquivo, o depósito de 01 (uma) via do Acordo Coletivo de Trabalho 2010/2011, com vigência a partir de 01 de junho de 2010 a 31 de maio de 2011, firmada em 27 de outubro de 2010, entre o SINDICATO DOS MOTORISTAS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS, PASSAGEIROS URBANOS, MOTORISTAS, COBRADORES, DE LINHAS INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL DE TURISMO E ANEXOS DE MARINGÁ - **SINTTROMAR**, CNPJ: 79.147.450/0001-61, Código entidade: 008.512.88229-6, Presidente: Ronaldo José da Silva, CPF: 240.343.209-15 e do outro lado a empresa SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO E DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MARINGÁ E REGIÃO - **SIVAMAR** - CNPJ: 77.266.146/0001-08, neste ato representadas por seu presidente Sr. Amauri Donadon Leal, CPF: 527.454.659-53

Termos em que,
Pede deferimento.

José Aparecido Faleiros
SECRETÁRIO DE NEGOCIAÇÕES COLETIVAS E JURÍDICAS DA FETROPAR



06 JAN 2011

